

Uma africana na América portuguesa setecentista.

*Rangel Cerceau Netto**

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que nos últimos anos, na historiografia sobre o período colonial da América Latina, as trajetórias de vida de homens e mulheres têm causado grande fascínio em pesquisadores e em leitores ávidos por histórias de nosso passado colonial. O foco destas dinâmicas a qual se insere este estudo surgiu pela valorização de personagens ou de grupos anônimos, que viveram e formaram as populações do complexo universo colonial americano.

Desde o fenômeno da obra *O Queijo e os Vermes*, que retrata o cotidiano e as idéias de Menocchio, um moleiro perseguido pela inquisição, do historiador italiano Carlo Ginzburg (1987), os estudos de trajetórias individuais têm iluminado as novas abordagens historiográficas. Neste caso, dentre as diversas influências que essa obra nos legou, uma se destaca: a possibilidade de retratar metodologicamente uma dada realidade sociocultural, a partir do estudo de caso.

Para os historiadores que tem se debruçado sobre os personagens do cenário americano, o exemplo de Menocchio serve como um paradigma de mobilidade na qual imprimem dinâmica especial à circularidade e aos trânsitos individuais, grupais e familiares. Especificamente no caso das Américas não podemos esquecer que por detrás dos processos de análises das pequenas biografias individuais estão inseridas as dinâmicas migratórias que levaram cerca de 30 milhões de indivíduos de outros continentes às Américas ao longo do período colonial. O choque demográfico causado por esses deslocamentos de pessoas resultou num amplo processo de adaptações dos povos nativos e dos povos que chegaram de fora do continente americano e que aqui passaram a viver imprimindo dinâmica especial às mestiçagens. É nesta perspectiva que o testemunho envolvendo parte da trajetória de vida da africana Thereza Teixeira de

* Mestre e doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Membro do Conselho Editorial da Revista *Temporalidades* - Revista discente do programa de pós-graduação em História da FAFICH-UFMG. Pesquisador associado ao Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno - CEPAMM. Esta pesquisa conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Email: cerceaup@gmail.com.

Souza, preta forra, da Beira do Congo insere-se no processo da escravidão, dos trânsitos e das mestiçagens.

Uma africana entre brancos, cabras, crioulos, pardos e mulatos

A trajetória da africana Thereza ilustra a dinâmica da escravidão e das mestiçagens. Submetida a condição de escrava, ainda na África, Thereza foi capturada próximo ao litoral ocidental deste continente na *Beira do Congo* e, posteriormente, remetida via tráfico atlântico para o Brasil. No porto escravista brasileiro, provavelmente em Salvador na Bahia, foi vendida ao português João Teixeira de Souza, que em 1727 era Coronel dos distritos das vilas de Cairú e Boipeba na Capitania da Bahia¹. No comboio do coronel Thereza provavelmente cruzou os caminhos dos sertões em direção as minas do Serro Frio e logo conquistou a sua alforria pelos bons serviços prestados e “*por esmola que o dito senhor*” lhe fez².

Provavelmente foi nesta região entre os anos de 1727 a 1749, que a nossa personagem construiu grande parte de suas relações afetivas e familiares. Thereza antes de ser casada com o cabra de nação Luis Monteiro revelou ter tido três filhos de relacionamentos consensuais nos quais nasceram “*duas fêmeas e um macho por nomes Catherina crioula, Maximiano Teixeira de Souza mulato, Theodora Teixeira de Souza parda...*”³. Com essas palavras a ex-escrava africana revelava em 1749, as contradições de uma sociedade que distinguia e hierarquizava os sujeitos sociais.

Em muitos casos, o envolvimento de escravas com senhores possibilitou novos entendimentos sobre as relações escravistas. As estratégias utilizadas pelas africanas, crioulas e mestiças foram eficazes para que elas adquirissem suas alforrias e melhores condições econômicas e sociais por meio de relacionamentos amorosos. Muitas dessas mulheres passaram a ser agentes ativos ao conquistarem e manterem relacionamentos com homens de melhor condição sócio-econômica e de qualidades sociais distintas (Paiva, 2009, p. 120-121).

¹ Arquivo Histórico Ultramarino - Baía, Carta Patente, cx. 26, doc. 131.

² Arquivo do Fórum do Serro- TEST- Códice 07, f.113v-118. Testamento de Thereza Teixeira de Souza preta Forra, 1749.

³ Arquivo do Fórum do Serro- TEST- idem, f.114v.

Muitas africanas e suas descendentes, ao provocarem contatos amorosos, tiveram a possibilidade de garantir recursos materiais para o futuro, ao gerar filhos mestiços de seus senhores, e de conquistar melhores condições na vida em cativo adquirindo sua alforria (Furtado, 2003, p. 22). Este é o lado mais complexo e menos conhecido dos envoltimentos sexuais e amorosos das relações escravistas, tendo em vista que o imaginário sobre as escravas foi construído propositalmente sobre o estigma da vitimização, da violência e da exploração sexual, o que de certa forma, impossibilitou ver essas mulheres como agentes históricos e até mesmo como proprietárias de escravos.

Thereza africana de cativa a dona de escravos

Thereza é uma daquelas mulheres que desempenharam papel importante na dinâmica interna da sociedade escravista colonial. Ao se libertar do cativo imprimiu a sua trajetória à própria lógica escravista. Thereza virou proprietária de cinco escravos “mina” e reafirmou os mesmos princípios de gratidão e propriedade que herdou da estrutura cultural africana e de seu antigo senhor. Com o pequeno pecúlio que havia adquirido não demorou muito para essa ex-escrava africana investir na compra e no resgate de escravos de sua rede social. Dirigiu-se a João da Silva Guimarães, homem de sua rede de contatos e um dos principais do sertão e fez-lhe o resgate de um escravo. Segundo Ivo, esse homem foi responsável pelas descobertas de esmeraldas, ouro e diamantes nos caminhos que ligavam as Capitâneas de Minas Gerais e Bahia (Ivo, 2009, p. 23-31). Thereza então pagou duzentas oitavas de ouro pela compra de Antônio Moreira da Costa, cabra de nação, o qual passou a ser seu devedor.

“ Declaro que me deve Antonio Monteiro da Costa, cabra de nação duzentas oitavas de ouro procedidas da sua própria alforria que o resgatei de seu senhor João da Silva Guimarães cuja dívida se cobrará e sepultará ao monte de meus bens para se repartir como for de direito (fl.114) ”.

A africana reafirmava os laços de dependência quase que impagáveis e tão comuns entre senhores e escravos. Ela criou mais do que uma relação de subordinação entre credores e devedores. Afinal, a ex-escrava e agora senhora Thereza não só havia

estabelecido com seu escravo Antônio dívidas de cunho pecuniárias, mas, sobretudo, de obrigação afetiva e moral. Assim, tornar-se proprietária de escravos era uma ação que lhe permitia ascender material e socialmente minimizando os estigmas da própria escravidão a qual foi submetida.

Segundo Gonçalves (2008), o pagamento da manumissão feito por Thereza, que não era a beneficiária direta da carta emancipatória, conotava uma modalidade chamada de alforrias por pagamentos de terceiros muito comum em Minas Gerais e, também em Lima no período colonial (In: Paiva & Ivo, 2008, p. 59-75). É muito provável que no universo das alforrias e coartações estivesse difundido por cidades urbanas de Portugal, de Espanha e das Américas escravista. O que nos interessa é que essa prática de alforria distinguia-se por sua ambigüidade. Por um lado, porque ela evidenciava os laços comunitários ou familiares que permitiam o favorecimento do escravo por meio de recursos monetários sob a forma de empréstimo ou de doação. No caso do cabra Antônio parece que ele foi beneficiado pela forma de empréstimo. Por outro lado, ela delineava uma maneira específica de obtenção de mão-de-obra que se distanciava do aluguel. Ainda de acordo com Gonçalves, esse tipo de manumissão permitia que a financiadora da alforria, neste caso Thereza, usufruísse temporariamente do cativo Antonio aproveitando-lhe os anos de sua maior produtividade com a vantagem adicional de ter assegurado o reconhecimento e a confiança por parte do mesmo, o que conferiria alguma estabilidade à relação escravista (In: Paiva & Ivo, 2008, p. 73).

Thereza mesmo não sendo letrada como consta em seu testamento parece que tinha obtido pela cultura oral um alto conhecimento prático sobre as estratégias de alforrias. Afinal, ela havia se tornado uma pequena proprietária de escravos utilizando-se de estratégias bem complexas que associavam a questão pecuniária, os laços afetivos e até mesmo a reelaboração das relações sociais entre ela e os seus escravos. O pouco destaque historiográfico dado as africanas que tiveram a experiência do cativo e depois se tornaram donas e mercadoras de escravos é ainda uma lacuna em nossa historiografia.

O exemplo de Tereza, certamente, motivou muitos outros escravos a buscarem suas alforrias e, posteriormente, vencidos as etapas pela conquista da liberdade, grande número desses libertos, empenhavam-se na compra de escravos tornando-se proprietários de pequenos e médios plantéis. Assim como a vida, tais situações revelam

o quanto é complexo e contraditório as relações escravistas. Thereza havia modificado a condição imposta pelas hierarquias sociais e jurídicas vigentes naquela sociedade, mas após sua liberdade passou a afirmá-las ao investir seus recursos na compra e venda de escravos. Individualmente, essas pessoas acabavam formando grupos sociais que contribuíram para legitimar e manter a escravidão nas Américas por quase quatrocentos anos.

Muitas destas atuações marcaram diferentes práticas sócio-culturais empregadas por mulheres escravas, libertas e livres, de diferentes origens e cores. Em suas atitudes mantiveram ou buscaram um *status* para afirmar ou superar os estigmas sociais provenientes da desigualdade da sociedade escravista ao mesmo tempo em que afirmava e ajudava a mantê-la. Figueiredo (1993) em seu estudo pioneiro demonstrou como essas mulheres dominavam o comércio de todo tipo de mercadorias, principalmente, as de tabuleiros, vendendo variados gêneros comestíveis de secos e molhados (Figueiredo, 1993, p. 32-71). Comércio miúdo que no varejo impulsionava a dinâmica interna das Américas e ajudava a disseminar a sociedade mercantil articulada ao trânsito oceânico do grande varejo. Assim, Thereza é um exemplo dentre diversas mulheres que buscaram autonomia e promoveram as suas inserções na vida cotidiana como promovedoras ativas da ação histórica.

Ivo (2009), em estudo recente, demonstrou que as mulheres estiveram transitando pelos sertões, atuando no comércio de “grosso trato”, possuindo passadores para as suas cargas, e sendo até mesmo proprietárias de grande posse de escravos. Constatou também a presença constante de escravos e libertos comercializando em espaços considerados pertencentes a homens de negócios oriundos da elite branca e portuguesa (Ivo, 2009, p. 17-18).

Nos caminhos dos sertões, a primeira mobilidade de Thereza foi espacial, e, mediante a sua própria ação, tornou-se material e social. Ela foi certamente uma destas mulheres que atuaram nos caminhos dos sertões fazendo negócios, contraindo dívidas e passando crédito através do empenho da palavra. Com conhecimento adquirido a duras penas no pequeno comércio de escravos, ela os aplicava no ceio familiar. Criou redes de parentesco por meio das relações de apadrinhamento. Em seu testemunho, no leito de morte, revelou que devia ao afilhado João mina, ainda escravo, uma dívida de cinquenta oitavas de ouro. Certamente pela confiança que ambos nutriam, o débito havia sido

contraído há muitos anos por empréstimo ou por promessa de ajudá-lo, em função da relação de compadrio. Thereza, preocupada em satisfazer o compromisso empenhado em vida, legou a seu testamenteiro a responsabilidade de achar seu afilhado ausente, e pagar-lhe o valor da dívida, que seria empregado provavelmente para adquirir sua liberdade.

“Declaro que devo mais a meu afilhado João mina cuja dívida contrai a muitos anos e não sei para cuja parte se ausentou e isto meu afilhado e como é cativo se procure quem é seu senhor que ignoro e se lhe entreguem as ditas cinquenta oitavas de ouro por lhe pertencer em pelo dito meu afilhado ser seu escravo(fl.115).”

A experiência de Thereza no comércio de escravos fez com que ela utilizasse de estratégia legal e sem suspeita para que seu afilhado recebesse o valor que lhe era devido, mas pelas mãos de seu proprietário. Reconheceu a dívida em testamento e por não saber da atividade econômica em que o seu afilhado era empregado, ou por sabê-la ocultamente, ela se valeu da precaução. Sem dúvida por ser também dona de escravos, ela sabia que as estratégias de negociação para as liberdades eram melindrosas e condicionais. A questão da confiança para a negociação das alforrias era fundamental. Dependendo da atividade exercida pelo afilhado e a sua própria condição de cativo, exigia-se a comprovação e procedência dos valores adquiridos. Afinal, a alforria, seja ela comprada ou gratuita, dependia do consentimento ou de negociação entre o escravo e o seu senhor.

Outro ponto importante revelado pelas relações de compadrio era a confiança que a mãe e/ou o pai de João mina depositavam em Thereza ao elegê-la madrinha de seu filho. No momento do batismo, a escolha pelos padrinhos e madrinhas recaía sobre aqueles que pudessem assistir seus afilhados escravos, no intuito de favorecê-los na conquista da liberdade. Assim, ao escolher Thereza como madrinha, os pais africanos reconheceram nela a capacidade de auxílio ao confiar o filho, provavelmente por se tratar de uma ex-escrava que conquistou a liberdade e se tornou mercadora de escravos relativamente bem sucedida.

Tais aspectos já foram observados por africanistas como Lovejoy (2002) e Thornton (2004) que ao estudarem a África reafirmaram que a escravidão foi possível, em grande parte, devido ao também envolvimento dos africanos. Ainda de acordo com Thornton, a escravidão na África era difundida porque, conforme as leis africanas, os escravos eram a única forma de propriedade privada que produzia rendimentos ao contrário do sistema legal europeu que privilegiava a terra como a principal forma de propriedade privada (Thornton, 2004, p. 122-152). Nas Américas, casos como o de Thereza confirmam a hipótese de que a escravidão estava enraizada nos próprios africanos. Muitos escravos, ao conquistarem sua liberdade, optavam por investir o seu pecúlio na compra de escravos, evidenciando essa herança cultural transportada da África e intensificada nas Américas.

Especialmente no período moderno, o caso de Thereza não é único. Mulheres de origem e de camadas sócio-jurídicas distintas como as escravas africanas e suas descendentes, que se tornaram libertas, atuaram intensamente na produção e no comércio de diversas atividades que iam desde as práticas extrativistas do ouro e diamante, passando por fiandeiras, mercadoras, prostitutas, chefes de família e pelo domínio na venda de alimentos e de panos, até proprietárias de escravos e promovedoras do tráfico. Cabe ressaltar que essas tarefas já eram exercidas e dominadas pelas africanas na própria África. Segundo Pantoja essas mulheres tinham uma dimensão Atlântica e atuaram nas cidades africanas, nas europeias e nas americanas, o que têm exemplificado em escala comparativa e global a prática atuante delas nos diversos seguimentos sociais. Especificamente para a realidade de Angola as quitadeiras eram os tipos mais comuns das mulheres comerciantes e configuravam os grupos das médias proprietárias de escravos. (In: Pantoja, 2001, p.35-49).

Foi justamente o deslocamento e a herança cultural derivada das formas de viver trazidas por elas que ajudaram a constituir o caldeirão populacional americano. Não só pelo impacto demográfico exercido pela entrada constante delas na América até o século XIX, mas, sobretudo, por que as africanas e suas descendentes também constituíam num dos principais contingentes femininos responsáveis por gerar e criar a população derivada da reprodução interna, o que fez o *locus* das Américas tornar-se a *orbi* do mundo no período da história moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CERCEAU NETTO, Rangel. **Um em casa de outro:** concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

_____. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Ed.UESB, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras.** As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700- 1850). p.278. Tese de professor titular apresentada na UFF. Niterói: 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória:** cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: EDNB/JOSÉ OLYMPIO, 1993.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes** - O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Entre Becos e Vieiras: o arraial do Tejuco e a sociedade diamantífera setecentista. In: PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho (Orgs.). **O trabalho mestiço:** maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI e XIX. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Práticas de alforrias nas Américas: dois estudos de casos em perspectiva comparada. In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Ed.UESB, 2008.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho:** trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – Século XVIII. p. 387. Tese de doutoramento apresentada na UFMG. Belo Horizonte: 2009.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e

MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Vitória da Conquista: Ed.UESB, 2010.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Trad. Regina A. R.F. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. 3ª Edição. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2009.

PANTOJA, Selma. Donas de “arimos”: um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (Séculos XVIII e XIX). In: _____. (Org.) **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Paralelo 15/Marco Zero, 2001.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.